

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Gouveia – APEEG

CAPITULO PRIMEIRO DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA E FINS

Artigo 1º (Constituição, designação e duração)

1. A Associação, denominada *Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Gouveia*, adiante designada por *APEEG*, congrega e representa pais e encarregados de educação dos alunos do Agrupamento de Escolas do Concelho de Gouveia, com exceção da área geográfica de Vila Nova de Tázem.
2. A APEG tem sede e domicílio na escola sede do Agrupamento de Escolas de Gouveia.
3. A APEG é apartidária e sem cariz religioso.
4. A APEG salvaguardará sempre a sua independência de quaisquer organizações oficiais ou privadas.
5. A APEG é uma instituição, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, que se regerá pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela lei geral.

Artigo 2º (Objeto)

A APEEG tem por finalidade a dinamização e mobilização dos pais e encarregados de educação, no sentido de participarem ativamente no processo educativo dos seus filhos e educandos, velando para que lhes seja ministrado um ensino ajustado às necessidades do progresso e em obediência às determinações da Constituição da República Portuguesa

Artigo 3º (Finalidades)

1. São fins da APEEG:
 - a. Apresentar às entidades competentes o resultado das análises que realizar sobre a situação dos vários graus de ensino na área pedagógica, designadamente quando tal situação for lesiva dos interesses dos alunos, propondo as soluções adequadas para que sejam prontamente solucionadas.
 - b. Diligenciar, junto da Administração Central e Local e demais entidades, no sentido de aperfeiçoar as condições de ensino, designadamente quanto a instalações, equipamentos escolares, equipamentos e planos de segurança, métodos e programas de ensino e apoio social a prestar aos alunos.
 - c. Promover a realização de atividades extra escolares de fins educativos, culturais e recreativos.
 - d. Prestar aos órgãos de gestão escolar e aos professores, ou a quaisquer outras entidades, a colaboração que estiver ao seu alcance, desde que se coadune com os objectivos da APEG.

CAPITULO SEGUNDO DOS ASSOCIADOS

Artigo 4º (Associados)

1. Consideram-se associados os pais e encarregados de educação dos alunos inscritos nas escolas pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Gouveia.
2. Apenas têm direito ao exercício de voto os associados que sejam encarregados de educação e que constem no caderno eleitoral.

Artigo 5º
(Deveres)

1. São deveres dos associados:
 - a. Cumprir os presentes estatutos.
 - b. Comparecer às assembleias gerais e a todas as reuniões para que forem convocados.
 - c. Exercer gratuitamente, com zelo e diligência, os cargos para que forem eleitos e contribuir com todos os meios ao seu alcance para a realização dos fins da APEEG.
 - d. Zelar pelo bom nome e prestígio da APEEG, não a comprometendo com ações e declarações lesivas dos seus interesses.
 - e. Cooperar na atividades da APEEG.

Artigo 6º
(Direitos)

1. São direitos dos associados:
 - a. Participar nas atividades da APEEG.
 - b. Eleger e ser eleito para qualquer cargo associativo.
 - c. Apresentar soluções ou projetos que julguem de utilidade.
 - d. Ser informado das atividades da APEEG.
 - e. Utilizar os serviços da APEEG.
 - f. Requerer a convocação da Assembleia Geral, apresentando para tal proposta subscrita por, pelo menos, dez por cento dos associados.
 - g. Excluir-se ou reintegrar-se na APEEG, de modo expresso e por escrito, dirigindo à Direção, fundamentando as suas motivações.
2. Nos casos considerados no parágrafo 2 do artigo 4º, não se aplica a letra b) do presente artigo.
3. Perdem a qualidade de associados:
 - a. Os que o requeiram por escrito à Direção.
 - b. Os que infringirem o que se encontra estabelecido no presente estatuto.

CAPITULO TERCEIRO
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Artigo 7º
(Órgãos sociais)

1. São órgãos sociais da APEEG:
 - a. A assembleia geral.
 - b. A direção.
 - c. O conselho fiscal
2. Poderão ser criadas, na dependência da direção, comissões ou representantes da APEEG por freguesia.

Artigo 8º
(Duração do mandato)

1. A assembleia geral, a direção e o conselho fiscal são eleitos por um período de dois anos.
2. Os membros da assembleia geral, da direção e do conselho fiscal serão eleitos por maioria simples de votos, em escrutínio secreto, de entre listas que satisfaçam os requisitos que se seguem:
 - a. Sejam constituídas por membros da APEEG em pleno gozo dos seus direitos.
 - b. Sejam subscritas por um mínimo de quinze associados no pleno gozo dos seus direitos.
 - c. Sejam acompanhadas de declaração de cada membro constante da lista de que aceita o cargo para que venha a ser eleito.
 - d. Mencionem membros candidatos para todos os cargos a preencher.

- e. Os candidatos propostos não podem fazer parte de outra Associação de Pais para o mesmo Agrupamento.
- 3. Os titulares dos órgãos sociais eleitos não podem realizar, em nome da APEEG, ações alheias aos seus objetivos e fins, sob pena de estas serem consideradas violações expressas do mandato.

Artigo 9º
(Deliberações)

1. Salvo disposição em contrário destes estatutos, os órgãos sociais da APEEG só poderão deliberar quando se encontre a maioria dos seus membros.
2. As deliberações dos órgãos sociais da APEEG são tomadas por maioria simples, sempre que a legislação existente ou os estatutos não exijam maioria qualificada.
3. Será sempre lavrada ata das reuniões de qualquer órgão social da APEEG.

Da Assembleia Geral
Artigo 10º
(Definição/Composição)

1. A assembleia geral é a reunião de todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, sendo o órgão soberano da APEEG.
2. Considera-se legalmente constituída a assembleia geral, à hora previamente marcada, com a presença da maioria dos associados ou trinta minutos depois com qualquer número de associados
3. A Assembleia Geral terá um presidente, um vice presidente e um secretário.

Artigo 11º
(Mesa da Assembleia Geral)

1. A mesa da assembleia geral terá um presidente e um secretário.
2. Ao Presidente compete convocar a assembleia geral, presidir a mesma e dirigir os trabalhos, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo vice presidente.
3. Ao Secretário compete coadjuvar o presidente na orientação dos trabalhos e elaborar as atas das reuniões.

Artigo 12º
(Reuniões)

A Assembleia Geral reúne ordinariamente uma vez por ano, no início do ano escolar e, extraordinariamente sempre que para isso for convocada pelo presidente da mesa a pedido do presidente da direção, do presidente do conselho fiscal ou por dez por cento dos associados em pleno gozo dos seus direitos

Artigo 13º
(Convocatória)

1. A assembleia geral deverá ser convocada por carta afixada na portaria da escola e por envio de avisos convocatórios, com pelo menos oito dias de antecedência, indicando o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.
2. A convocatória da assembleia geral extraordinária deve ser feita no prazo de quinze dias após o pedido de requerimento e só se efetuará se nela estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

Artigo 14º
(Competências)

1. São competências da assembleia geral:
 - a. Eleger ou destituir os membros da mesa, da direção e do conselho fiscal.
 - b. Apreciar a atividade da direção.
 - c. Deliberar sobre a alteração dos estatutos.

- d. Discutir e votar o balanço, o relatório e contas da direção e o parecer do conselho fiscal, bem como o orçamento e plano de atividades para o ano seguinte.
- e. Pronunciar-se sobre e quaisquer assuntos que lhes seja submetido nos termos do artigo décimo segundo.
- f. Exonerar associados sob proposta da direção.
- g. Dissolver a APEEG.
- h. Assistir às reuniões da direção, sempre que o solicitar.

Da Direção
Artigo 15º
(Constituição)

A direção é um órgão autónomo, constituído por um presidente, um vice presidente, um secretário, um tesoureiro e três vogais.

Artigo 16º
(Funcionamento)

- 1. A direção reúne pelo menos uma vez por mês ou sempre que necessário.
- 2. As deliberações da direção são tomadas com a presença de mais de metade dos seus membros efetivos.
- 3. Para obrigar a APEEG em juízo ou fora dele, é necessária a assinatura conjunta de dois membros da direção, sendo uma, obrigatoriamente, a do presidente ou do vice presidente.

Artigo 17º
(Competências)

- 1. São competências da direção:
 - a. Orientar as atividades da APEEG de acordo com as deliberações da assembleia geral.
 - b. Prover os meios necessários para atingir os fins da APEEG.
 - c. Representar a APEEG.
 - d. Nomear os representantes da APEEG para os diversos órgãos do agrupamento.
 - e. Manter informados os associados sobre as atividades da APEEG.
 - f. Elaborar o balancete mensal e anual do relatório de contas da APEEG.
 - g. Apreciar os pedidos de admissão e readmissão dos associados.
 - h. Escolher de entre os associados, até à primeira reunião da assembleia geral, quem deve preencher as vagas que ocorram entre os membros eleitos.
 - i. Executar o plano anual de atividades, organizando e coordenando toda a atividade da APEEG.
 - j. Promover e apoiar a constituição de grupos de trabalho, comissões especiais e departamentos, quando necessário.
 - k. Propor à assembleia geral a exoneração de associados.
 - l. Aceitar a integração de pais dos ex-alunos e os moradores da área geográfica, na qualidade de colaboradores, que assim o requeiram, por escrito, à Direção.

Do Conselho Fiscal
Artigo 18º
(Constituição)

O conselho fiscal é constituído por um presidente, um vice presidente e um secretário.

Artigo 19º
(Funcionamento)

- 1. O conselho fiscal reúne ordinariamente com periodicidade trimestral e extraordinariamente sempre que o presidente o entenda ou a pedido de mais de metade dos seus membros.
- 2. Os membros do conselho fiscal podem assistir às reuniões da direção por direito próprio.

3. Os pareceres do conselho fiscal são tomados com a presença de mais de metade dos seus membros.

Artigo 20º
(Responsabilidade)

Os membros do conselho fiscal são solidariamente responsáveis com a direção pelos prejuízos que, da sua falta de fiscalização, possam advir para a APEEG.

Artigo 21º
(Competências)

1. São competências do conselho fiscal:
 - a. Apreciar e emitir parecer sobre o relatório e contas e sobre quaisquer projetos orçamentais ou de despesas.
 - b. Verificar, sempre que necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que constará das respetivas atas.
 - c. Verificar o cumprimento dos estatutos e da lei geral e, como tal, do funcionamento da APEEG.

CAPITULO QUARTO
ELEIÇÕES

Artigo 22º
(Convocatória)

1. Os membros dos órgãos sociais da APEEG são eleitos bianualmente por sufrágio direto e secreto.
2. As eleições efetuar-se-ão durante o início do ano letivo, na reunião ordinária anual da Assembleia Geral, que será convocada com a antecedência mínima de quinze dias úteis e funcionará durante a assembleia como assembleia eleitoral.
3. Da respetiva convocatória constarão:
 - a. O dia, o local, a hora e a ordem de trabalhos.
 - b. Horário de abertura e encerramento da urna.

Artigo 23º
(Caderno eleitoral)

1. O caderno eleitoral é composto pelo número de encarregados de educação dos alunos do Agrupamento de Escolas de Gouveia.
2. Para efeitos eleitorais são considerados membros no pleno gozo dos seus direitos, todos os que cumpram as condições expressas no capítulo segundo, do n.º 1 do artigo 5º destes estatutos.
3. Qualquer membro poderá reclamar, por escrito, da inclusão ou omissão de qualquer filiado, devendo as reclamações dar entrada na sede da APEEG até sete dias úteis antes da data designada para a assembleia eleitoral.
4. As reclamações serão apreciadas pela mesa da assembleia geral até ao final do segundo dia útil seguinte ao termo do prazo fixado no número anterior, com conhecimento da decisão ao associado reclamante, não havendo recurso a decisão.

Artigo 24º
(Candidaturas)

1. As listas candidatas deverão dar entrada na sede da APEEG até dez dias úteis antes do ato eleitoral
2. As candidaturas podem ser apresentadas por associados que cumpram as condições expressas no capítulo segundo, do n.º 1 do artigo 4º destes estatutos, em número não inferior a quinze membros.
3. Qualquer membro pode ser subscritor da sua própria candidatura, mas é-lhe interdito subscrever mais de uma lista.

4. Todas as listas deverão ser acompanhadas de declaração do associado proposto no qual se confirme a aceitação do cargo que é candidato.
5. Na apresentação das candidaturas, os proponentes deverão indicar qual de entre eles exercerá as funções de vogal verificador.

Artigo 25º

(Votação)

1. A votação efetuar-se-á por escrutínio secreto, no horário indicado na convocatória para o efeito, podendo apenas votar os membros em pleno gozo dos seus direitos à data da eleição
2. Haverá uma única mesa de voto presidida pela comissão eleitoral, que será composta pelos elementos da mesa da assembleia geral, mais o vogal verificador, sendo estes estritamente observadores.
3. Encerrada a urna, proceder-se-á de imediato à contagem dos votos, sendo considerada vencedora a lista que obtiver maior número de votação.

Artigo 26º

(Ato da Tomada de Posse)

1. Os eleitos empossados, em sessão pública de Ato de Tomada de posse, que deverá decorrer de seguida à proclamação da lista vencedora ou até quinze dias após o ato eleitoral.
2. O presidente da mesa da assembleia geral dará posse ao presidente da mesa da assembleia geral eleito.
3. O novo presidente da mesa da assembleia geral dará posse aos restantes membros eleitos.

CAPITULO QUINTO DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27º

(Exercício social)

O exercício social da APEEG coincide com o ano letivo.

Artigo 28º

(Receitas)

1. São receitas da APEEG
 - a. Contribuições extraordinárias dos seus membros.
 - b. Donativos ou patrocínios de outras entidades.
 - c. Outras contribuições aprovadas em assembleia geral não impedidas por lei
 - d. Outros.
2. A APEEG terá conta aberta numa instituição bancária, em nome da mesma e onde constem as assinaturas de pelo menos três membros da direção, sendo duas delas, obrigatoriamente, a do presidente e a do vice presidente.

Artigo 29º

(Dissolução)

A APEEG será dissolvida por decisão de pelo menos três quartos dos seus associados reunidos em assembleia geral convocada para esse fim.

Artigo 30º

(Alteração de estatutos)

Qualquer número de associados poderá apresentar propostas de alteração de estatutos. A decisão de alteração só poderá ser tomada em assembleia geral e deverá ser aprovada, pelo menos, por três quartos dos associados.

Artigo 31º
(Extinção)

Em caso de extinção, os bens da APEEG reverterão para o Agrupamento de Escolas de Gouveia, salvo decisão em contrário tomada por dois terços dos membros da assembleia geral a não ser que se verifique a hipótese contemplada no artigo cento e sessenta e seis do Código Civil.

Artigo 32º
(Regulamento interno)

Tudo o que não estiver especificamente previsto nestes estatutos ou em lei imperativa e que possa interferir no bom funcionamento da Associação poderá ser objecto de Regulamentos Internos, aprovados em Assembleia Geral por maioria de três quartos dos presentes.